



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA INSTITUCIONAL
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATU SENSO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ANTONIO AGRA BRANDÃO NETO

**PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO E A ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE
PRIMEIRA RESPOSTA EM INCIDENTES CRÍTICOS ENVOLVENDO ARTEFATOS
EXPLOSIVOS:** Um estudo junto às Polícias Militares do Brasil.

**JOÃO PESSOA
2026**

ANTONIO AGRA BRANDÃO NETO

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO E A ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE PRIMEIRA RESPOSTA EM INCIDENTES CRÍTICOS ENVOLVENDO ARTEFATOS EXPLOSIVOS: Um estudo junto às Polícias Militares do Brasil.

Artigo apresentado à Diretoria de Educação e Cultura Institucional da Polícia Militar da Paraíba, no Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP), como requisito final para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Orientadora: Sandreylza Pereira Medeiros-CABO PMPB.

Linha de pesquisa: Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

JOÃO PESSOA
2026

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO E A ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE PRIMEIRA RESPOSTA EM INCIDENTES CRÍTICOS ENVOLVENDO ARTEFATOS EXPLOSIVOS: Um estudo junto às Polícias Militares do Brasil.

RESUMO

Os incidentes críticos envolvendo artefatos explosivos exigem respostas rápidas e coordenadas das instituições de segurança pública, cabendo às Equipes de Primeira Resposta adotar as medidas iniciais de segurança até a chegada das unidades especializadas. Este artigo analisou a normatização dos Procedimentos Operacionais Padrão aplicáveis à atuação dessas equipes nas Polícias Militares brasileiras, identificando os instrumentos normativos existentes e os níveis de padronização entre as corporações. A metodologia baseou-se em pesquisa aplicada, de abordagem quali-quantitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de dados, mediante aplicação de questionário institucional às vinte e sete Polícias Militares brasileiras, cujas informações foram analisadas por estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram elevado grau de institucionalização da temática, caracterizado pela existência de unidades especializadas, procedimentos formalizados e ações de capacitação profissional. Observou-se significativa convergência entre os protocolos adotados, sobretudo quanto ao isolamento da área, à evacuação, ao acionamento especializado e à preservação da cena da ocorrência, embora tenham sido identificadas diferenças no detalhamento normativo e na estrutura organizacional das corporações. Conclui-se que os Procedimentos Operacionais Padrão apresentam elevado grau de uniformidade nas medidas essenciais de primeira resposta, reforçando a importância da padronização operacional e da capacitação continuada para o fortalecimento da capacidade institucional de resposta.

Palavras-chave: Procedimento Operacional Padrão; Equipe de Primeira Resposta; Explosivos; Incidentes Críticos; Polícia Militar.

1 INTRODUÇÃO

As ocorrências caracterizadas como incidentes críticos envolvendo o emprego criminoso de artefatos explosivos configuram, no atual contexto da segurança pública brasileira, um dos mais complexos desafios operacionais enfrentados pelas forças de segurança, uma vez que o elevado potencial destrutivo desses artefatos, exige a necessidade de que as ações de resposta a esses incidentes sejam conduzidas de forma rápida, coordenada e eficaz, com o objetivo de minimizar os riscos à vida, reduzir os danos ao patrimônio e à infraestrutura, bem como preservar a integridade física dos agentes de segurança pública diretamente envolvidos no enfrentamento dessas ameaças.

Ultimamente, tornaram-se cada vez mais frequentes as investidas de grupos criminosos fortemente armados que se utilizam de artefatos explosivos em suas ações, especialmente em ataques contra instituições financeiras com forte atuação nas cidades do interior, onde espalham pânico e ameaças entre as suas populações, promovendo eventos que se utilizam de artefatos explosivos em grande escala como podemos ver em várias reportagens publicadas posteriormente após as ocorrências desses casos. Cumpre destacar que as ações com o uso de artefatos explosivos não se limitam apenas a ocorrências contra instituições financeiras, pois os ataques também se estendem contra postos de combustíveis, supermercados, casas lotéricas, entre outros setores comerciais da sociedade.

Com base nessa realidade, a atuação das equipes de primeira resposta, que são aquelas acionadas para os contatos iniciais com esse tipo de evento, assume papel fundamental na preservação da vida dos cidadãos, uma vez que cabem a elas o isolamento da área de risco e a contenção dos impactos decorrentes das ocorrências de eventos dessa natureza. Logo, a atuação policial militar diante de incidentes críticos envolvendo artefatos explosivos exige elevado nível técnico, preparo psicológico e protocolos operacionais bem definidos e embora essa tipologia de ocorrência não seja tão frequente quando se comparado às estatísticas de ocorrências de roubos, furtos e homicídios, tais incidentes apresentam elevado potencial destrutivo, com riscos significativos à vida humana, ao patrimônio e à ordem pública, como podemos observar;

Os explosivos são uma ferramenta com um potencial enorme, por esse motivo o seu uso por criminosos torna-se tão preocupante e merece ser observado com maior responsabilidade, a fim de que seja possível mitigar o emprego desse “modus operandi” em busca de salvaguardar vidas, em especial a vida de policiais (Mesquita; Silva, p.6, 2020).

Para que tenhamos uma dimensão de como vem aumentando a complexidade desses eventos envolvendo incidentes críticos com artefatos explosivos no Brasil, podemos citar uma ocorrência na cidade de Araçatuba no ano de 2021, que gerou bastante repercussão entre a sociedade, onde na ocasião, criminosos instalaram diversos IEDs¹ com acionamento remoto durante ocorrência de domínio de cidades², conforme notícia a CNN (site), e desta maneira, impondo desafios relevantes às Polícias Militares de todo o país, especialmente no que se refere à atuação das Equipes de Primeira Resposta (EPR), que são, na prática, como já mencionado anteriormente, os profissionais que primeiro chegam no cenário onde estão instaladas as bombas e os explosivos utilizados nestas ações criminosas, sendo portanto, estas equipes, as responsáveis por executar às primeiras ações relativas à resolução desse tipo de ocorrência.

No estado da Paraíba, por exemplo, as chamadas equipes de primeira resposta são conhecidas por realizarem o serviço de rádio patrulhamento, também denominadas de RP's, que nem sempre dispõem de capacitação específica ou de diretrizes normativas claras para uma atuação segura e eficiente. Tal realidade evidencia a relevância da positivação de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), bem como a adoção desses protocolos por parte dos operadores de segurança pública. Os POPs consistem em documentos técnicos que estabelecem um conjunto de normas padronizadas e organizadas de modo que ao serem aplicadas corretamente, visam garantir previsibilidade, uniformidade, segurança e eficiência nas ações a serem executadas e desencadeadas em ocorrências com esse tipo de evento envolvendo incidentes com artefatos explosivos.

Esses procedimentos viabilizam previsibilidade de forma segura e eficaz, de etapas relevantes e preliminares, a serem adotadas nesses tipos de ocorrências como isolamento da área, comunicação entre equipes, gerenciamento de riscos, uso de equipamentos, preservação da vida e acionamento de unidades especializadas, sendo, portanto, todas essas etapas realizadas pelas equipes de primeira resposta, que precisam ter conhecimentos, preparo técnico específico e adequado para esse tipo de ocorrência.

Assim, Procedimentos Operacionais Padrão (POP) são considerados instrumentos estratégicos necessários e fundamentais que devem ter a sua finalidade aplicada na orientação da atuação do profissional de segurança pública que estará diretamente atuando em ocorrências

¹ IEDs (*Improvised Explosive Device*- É o explosivo Improvisado. Aquele que não é feito em fábricas. Geralmente feito para uso criminoso.

² Ocorrência de Domínio de Cidades - Evolução do "novo cangaço", é uma tática criminoso onde quadrilhas fortemente armadas bloqueiam acessos, paralisam delegacias e aterrorizam municípios para assaltar bancos e empresas de valores.

que envolvem incidentes críticos com artefatos explosivos, viabilizando uma maior padronização, eficiência e segurança nas intervenções de ocorrências dessa natureza.

Além disso, a evolução das dinâmicas criminosas no Brasil demonstra que os artefatos explosivos passaram a ser empregados de forma cada vez mais sofisticada por organizações criminosas, especialmente em ataques a instituições financeiras, ações de domínio de cidades e eventos que demandam elevada capacidade de resposta estatal. Tais ocorrências, algumas marcadas pelo uso simultâneo de múltiplos dispositivos explosivos e por estratégias de intimidação coletiva, ampliam a complexidade operacional enfrentada pelas forças de segurança pública, exigindo respostas rápidas, coordenadas e tecnicamente fundamentadas.

Assim, a atuação das EPR assume papel estratégico na gestão inicial do incidente crítico, pois são esses profissionais, como já mencionados anteriormente, os primeiros responsáveis pela adoção de medidas de isolamento, controle de acesso, preservação do local e acionamento especializado, consistindo em ações que influenciam diretamente na segurança da ocorrência e na eficácia da intervenção posterior, pelas unidades antibombas responsáveis pela ação de desativação do explosivo. A ausência dessa padronização procedimental pode resultar em falhas operacionais gravíssimas, gerando a potencialização de riscos à integridade física dos agentes públicos, da população civil e do patrimônio público ou privado.

Outro aspecto relevante que será abordado por este estudo, diz respeito à necessidade de integração entre doutrina, capacitação profissional e normatização institucional, a tríade sob a qual estará amparada a análise desta discussão. A existência de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) consolidados não apenas fortalece a atuação técnica das EPR, como também contribui para a uniformização das ações policiais, redução da margem de erro operacional e aprimoramento da gestão de incidentes críticos. Dessa forma, discutir a existência, estruturação e a eficácia desses protocolos, consistem em uma importante contribuição para o fortalecimento da segurança pública e para o desenvolvimento da doutrina de operações antibombas no âmbito das Polícias Militares brasileiras.

Diante do que foi exposto, no que diz respeito ao aumento preocupante no Brasil de ocorrências envolvendo incidentes críticos com o uso de artefatos explosivos, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Como os Procedimentos Operacionais Padrão têm sido normatizados junto às Polícias Militares do Brasil, na atuação das Equipes de Primeira Resposta nesses tipos de incidentes críticos?**

A fim de buscar atender e responder a esta problematização, tem-se como objetivo principal analisar como se dá a aplicabilidade dos Procedimentos Operacionais Padrão junto à

atuação das equipes de primeiras respostas em ocorrências com artefatos explosivos nas Polícias Militares do Brasil.

De forma específica, busca-se: identificar e catalogar quais Polícias Militares do Brasil possuem POPs relativos às atribuições das equipes de primeiras respostas; analisar convergências e divergências entre as ações contidas nos POPs catalogados dos diversos Estados do Brasil; investigar, com base na literatura especializada e nas normativas institucionais, como a padronização doutrinária influencia a capacitação e a atuação das Equipes de Primeira Resposta em incidentes críticos com explosivos.

Justifica-se sob três aspectos a relevância da realização deste estudo, a saber: Relevância pessoal, pois o autor deste trabalho demonstra afinidade intelectual com o tema em virtude de sua formação e atuação profissional na área da segurança pública; Relevância social em virtude de que esta discussão traz à luz da sociedade brasileira um debate fundamental sobre as garantias dos direitos do cidadão brasileiro a uma segurança pública eficiente e de qualidade, através da formação adequada de profissionais bem instruídos e formados; Relevância Acadêmica e Institucional, uma vez que a abordagem deste tema viabiliza a ampliação das fontes bibliográficas, do fortalecimento do debate democrático sobre uma fonte de discussão ainda pouca explorada no campo da segurança pública.

Este trabalho enquadra-se na linha de Pesquisa Funções Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

É uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa em virtude de que integra dados estatísticos e análises interpretativas, permitindo compreender tanto os aspectos numéricos quanto subjetivos do problema investigado, conforme será teoricamente discutido no capítulo metodológico deste trabalho.

Teoricamente e sob a luz do pensamento de autores utilizados a discussão será pautada e analisada com o auxílio de normativas institucionais e questionários enviados para as polícias militares de todas as unidades federativas do Brasil.

O presente artigo encontra-se estruturado em capítulos que apresentam os conceitos e finalidades dos elementos abordados nesta discussão, bem como a análise das relações estabelecidas entre os temas estudados.

2 INCIDENTES CRÍTICOS ENVOLVENDO EXPLOSIVOS

A compreensão da atuação policial militar em incidentes críticos envolvendo artefatos explosivos exige, inicialmente, o entendimento dos principais conceitos relacionados a esse tipo

de ocorrência. Nesse sentido, este capítulo apresenta os fundamentos teóricos necessários à análise da temática, abordando as definições de incidentes críticos e de artefatos explosivos, bem como os aspectos que justificam a necessidade de protocolos específicos e de uma resposta operacional especializada. A partir dessa contextualização, busca-se demonstrar a relevância da atuação das Equipes de Primeira Resposta diante dos riscos e desafios inerentes a ocorrências dessa natureza.

2.1 Conceitos de incidentes críticos e artefatos explosivos

Os incidentes críticos envolvendo artefatos explosivos caracterizam-se por elevada complexidade operacional e impactos significativos à segurança pública, exigindo respostas rápidas, coordenadas e tecnicamente fundamentadas. Para se compreender a complexidade desse tipo de ocorrência se faz necessária a análise de seus fundamentos conceituais e de suas classificações, especialmente no contexto das operações policiais militares.

Desse modo, teoricamente o conceito de incidente crítico refere-se a eventos capazes de gerar riscos relevantes à vida, ao patrimônio, ao meio ambiente e à ordem pública. Para Racorti (2022, p. 1), trata-se de “qualquer evento que coloque vidas em risco, cause danos graves ao patrimônio ou ao meio ambiente, trazendo impacto significativo na confiança da sociedade e, por conseguinte, na sensação de segurança”. Ainda segundo Racorti (2022), os incidentes críticos podem ser classificados em naturais, mecânicos ou tecnológicos, químicos, biológicos, radiológicos, nucleares e explosivos (QBRNE), além de incidentes policiais ou de conflito.

Os incidentes naturais decorrem de fenômenos naturais; os mecânicos ou tecnológicos resultam de falhas em sistemas, equipamentos ou estruturas; os QBRNE envolvem agentes de alto potencial destrutivo; e os incidentes policiais ou de conflito decorrem de ações humanas intencionais relacionadas à violência ou à ameaça da ordem pública.

No conjunto dessas classificações, os eventos QBRNE apresentam maior complexidade operacional, especialmente quando envolvem artefatos explosivos. Essa complexidade decorre tanto do potencial destrutivo desses materiais explosivos quanto da possibilidade de associação com agentes químicos, biológicos, radiológicos ou nucleares, o que amplia significativamente os riscos e os efeitos da ocorrência.

Essas características impõem desafios diretos à atuação policial, sobretudo no que se refere à identificação da ameaça, à avaliação de riscos e à proteção das equipes operacionais. Por essa razão, a resposta a incidentes dessa natureza exige protocolos rigorosos, planejamento

prévio, capacitação contínua e integração entre instituições, de modo a assegurar uma atuação coordenada e eficiente.

O Curso de Ocorrências Envolvendo Bombas e Explosivos, promovido pelo Ministério da Justiça, no ano de 2017, na rede EAD, conceitua explosivo como sendo um “produto, que, por meio de uma excitação adequada, se transforma rápido e violentamente de estado, gerando gases, altas pressões e elevadas temperaturas.” Já segundo a legislação que regula os produtos controlados, a definição de explosivo está positivada como sendo um “tipo de matéria que, quando iniciada, sofre decomposição muito rápida, com grande liberação de calor e desenvolvimento súbito de pressão.” (Decreto 10.030, anexo III). Tais dispositivos podem possuir finalidades militares, industriais, comerciais ou criminosas, variando quanto à composição, forma de acionamento e potencial destrutivo.

De acordo com a doutrina técnica do Exército Brasileiro, os explosivos constituem materiais capazes de sofrer transformações químicas extremamente rápidas, liberando grande quantidade de energia em curto intervalo de tempo, característica que exige rigorosas medidas de controle, armazenamento, transporte e emprego em razão dos riscos inerentes à sua utilização (BRASIL, 1970). Nesse contexto, o conhecimento acerca de suas características básicas torna-se essencial para a adequada compreensão dos riscos presentes em ocorrências dessa natureza.

Sob a perspectiva operacional, os artefatos explosivos podem ser classificados em dispositivos convencionais, quando produzidos industrialmente para finalidades legítimas, ou improvisados, quando confeccionados de maneira artesanal a partir da combinação de substâncias explosivas, inflamáveis ou outros componentes destinados a provocar danos. Estes últimos são internacionalmente conhecidos como *Improvised Explosive Devices* (IEDs) e representam uma das principais preocupações das unidades especializadas em operações antibombas.

Segundo Leão (2008), a crescente utilização de bombas e explosivos por organizações criminosas e grupos violentos ampliou a necessidade de desenvolvimento de doutrinas específicas, procedimentos padronizados e equipes capacitadas para atuar na identificação, avaliação e neutralização dessas ameaças. A diversidade de mecanismos de acionamento, que podem envolver temporizadores, comandos remotos, sensores, acionamento por contato, entre outros, aumenta significativamente a complexidade do atendimento dessas ocorrências.

Os efeitos produzidos por um artefato explosivo não se restringem ao momento da detonação. A simples suspeita da presença de uma bomba é capaz de gerar impactos relevantes

sobre a segurança pública, exigindo medidas imediatas de isolamento, evacuação e gerenciamento de riscos. Assim, a identificação precoce de indícios de ameaça explosiva e a adoção de procedimentos seguros pelas Equipes de Primeira Resposta assumem papel fundamental para a preservação da vida e para a proteção do patrimônio.

Por essa razão, as doutrinas modernas de operações antibombas enfatizam que a atuação inicial diante de um possível artefato explosivo deve priorizar a segurança das pessoas, a contenção da área de risco e o acionamento de equipes especializadas, evitando intervenções que possam provocar a detonação acidental do dispositivo (LEÃO, 2008).

2.2 Incidentes críticos envolvendo artefatos explosivos no Brasil

As ocorrências envolvendo artefatos explosivos constituem um dos cenários de maior complexidade para as instituições de segurança pública, em razão do elevado potencial lesivo desses dispositivos e dos riscos inerentes às operações de resposta. No contexto brasileiro, destacam-se eventos relacionados a ataques contra instituições financeiras, explosões de caixas eletrônicos, ações contra carros-fortes e ocorrências associadas ao domínio territorial por organizações criminosas, caracterizadas pelo elevado grau de planejamento operacional, pela sofisticação tática e pela necessidade de respostas rápidas, coordenadas e tecnicamente qualificadas.

O episódio registrado em Araçatuba/SP, em 2021, ilustra de forma representativa essa configuração criminal. Conforme a CNN Brasil (2021), equipes do Grupo de Ações Táticas Especiais localizaram 93 artefatos explosivos distribuídos em diferentes pontos do município, após ação coordenada contra agências bancárias, evidenciando a dispersão estratégica de dispositivos e o potencial de ampliação dos danos.

Esse tipo de ocorrência evidencia não apenas a complexidade das ações criminosas, mas também a necessidade de resposta estatal estruturada e tecnicamente qualificada. Nesse sentido, Racorti (2022) destaca que incidentes críticos dessa natureza exigem capacidade de gestão de crise, liderança operacional e integração entre unidades especializadas e forças de policiamento ordinário, corroborando com a ideia da relevância da existência de protocolos que normatizem as ações voltadas às equipes de primeiras respostas.

A complexidade operacional desse tipo de evento decorre de variáveis simultâneas, como a imprevisibilidade dos artefatos, o risco de acionamento secundário e a atuação em ambientes urbanos densamente ocupados. Leão (2008) ressalta que a realização de operações

antibombas dependem de conhecimento técnico especializado, protocolos rigorosos e emprego de recursos materiais adequados, dada a elevada sensibilidade operacional dessas intervenções.

Além disso, a utilização de múltiplos dispositivos e mecanismos de acionamento remoto amplia significativamente o espectro de risco, afetando simultaneamente equipes operacionais, população civil e infraestrutura urbana. Esse cenário impõe restrições adicionais relacionadas ao isolamento de áreas extensas, à evacuação controlada de pessoas e à preservação da cena, exigindo articulação interinstitucional entre forças policiais, defesa civil, corpo de bombeiros e SAMU.

Diante dessas condições, as Equipes de Primeira Resposta assumem função estratégica na fase inicial de contenção, atuando na mitigação imediata de riscos e na estabilização do cenário até a assunção das unidades especializadas, condição essencial para a manutenção da segurança operacional e da integridade das ações subsequentes.

3 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO NA PRIMEIRA RESPOSTA EM INCIDENTES CRÍTICOS COM EXPLOSIVOS

Após a compreensão dos conceitos relacionados aos incidentes críticos com explosivos torna-se necessário examinar como as Polícias Militares brasileiras têm normatizado essa atuação em seus Procedimentos Operacionais Padrão. Nesse contexto, este capítulo discute os Procedimentos Operacionais Padrão e o papel desempenhado pelas Equipes de Primeira Resposta, destacando sua importância para a padronização das ações, para a segurança operacional e para a eficiência das intervenções realizadas pelas Polícias Militares.

3.1 Procedimentos Operacionais Padrão: fundamentos da padronização das atividades policiais militares

Os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) constituem instrumentos essenciais de padronização das atividades policiais militares, especialmente em ocorrências que exigem elevado grau de coordenação, previsibilidade e controle operacional, como os incidentes críticos envolvendo artefatos explosivos.

No contexto empresarial, afirma Silva (2022) que “o POP é uma ferramenta da qualidade que proporciona uma melhoria na execução das tarefas e na otimização do trabalho realizado nos diversos setores de uma empresa.” No âmbito policial militar, esses procedimentos assumem caráter doutrinário e organizacional, ao estabelecer diretrizes para a uniformização das ações operacionais e a mitigação de riscos inerentes à atividade policial. Nesse sentido, Silva Júnior, Zacaron e Oliveira (2020) destacam que a normatização por meio

de POPs amplia a previsibilidade das ações, fortalece a segurança operacional e contribui para a eficiência institucional.

A produção científica na área evidencia que os POPs consistem na sistematização das ações necessárias à execução de atividades profissionais, funcionando como instrumento de orientação técnica e controle de qualidade dos processos institucionais. Para Thereza (2024), os procedimentos padronizados promovem uniformidade operacional e elevam o nível de excelência dos serviços prestados pelas corporações policiais.

No âmbito da atividade policial militar, a padronização operacional encontra fundamento nos princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da legalidade e o da eficiência, previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na competência estatal para a preservação da segurança pública, estabelecida no art. 144 (BRASIL, 1988). Tais dispositivos fornecem suporte jurídico para a adoção de procedimentos padronizados, voltados à previsibilidade das ações, à mitigação de riscos e ao incremento da eficiência operacional.

Nesse sentido, as demandas contemporâneas da segurança pública exigem respostas céleres, coordenadas e tecnicamente qualificadas, o que torna indispensável a adoção de procedimentos previamente definidos que orientem a atuação policial e reduzam a margem de improvisação em situações críticas. Essa necessidade de organização operacional encontra-se materializada em instrumentos institucionais de padronização desenvolvidos no âmbito das corporações policiais militares.

Entre esses instrumentos, destaca-se o Manual de Padronização de Procedimentos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o qual estabelece a padronização como ferramenta fundamental para a qualidade, produtividade e controle institucional. O documento ressalta que os POPs contribuem para a redução de falhas operacionais, o aperfeiçoamento do treinamento e a melhoria dos resultados institucionais.

Nesse contexto, o POP é definido como a descrição sistemática de como uma atividade deve ser executada dentro de um processo operacional específico, não se limitando à formalização de rotinas, mas atuando como instrumento de racionalização e eficiência institucional. Sua estrutura contempla a identificação de atividades críticas, sequência lógica de execução, resultados esperados, possíveis falhas e ações corretivas.

No âmbito das ocorrências críticas envolvendo artefatos explosivos, a necessidade de padronização torna-se ainda mais evidente em razão do elevado potencial lesivo dessas situações. A ausência de protocolos claros pode resultar em improvisações operacionais e

aumento significativo dos riscos. Logo, Silva Júnior, Zacaron e Oliveira (2021) afirmam que a normatização dos procedimentos operacionais fortalece o profissionalismo policial e reduz a incidência de erros decorrentes da improvisação, promovendo maior segurança jurídica e operacional. Por essa razão, a atuação policial exige coordenação entre equipes especializadas e equipes de primeira resposta, com definição precisa de procedimentos.

Além disso, a padronização operacional favorece a integração entre órgãos de segurança pública, como polícias militares, corpos de bombeiros e defesa civil. Essa articulação interinstitucional é fundamental na gestão de incidentes críticos, especialmente aqueles envolvendo artefatos explosivos, nos quais a atuação inadequada pode gerar riscos ampliados à população, às equipes operacionais e ao patrimônio público e privado.

Dessa forma, os Procedimentos Operacionais Padrão configuram instrumento indispensável à atuação das equipes de primeira resposta em incidentes críticos com explosivos. Sua aplicação promove padronização, segurança, eficiência, controle institucional e aprimoramento contínuo das práticas operacionais, fortalecendo a capacidade de resposta das Polícias Militares diante de ameaças complexas.

3.2 As Equipes de Primeira Resposta na gestão de incidentes críticos envolvendo artefatos explosivos

As Equipes de Primeira Resposta (EPR) ocupam posição estratégica no enfrentamento dos incidentes críticos envolvendo bombas e explosivos, uma vez que representam, na maioria das situações, o primeiro contato do Estado com a ocorrência. Em razão da capilaridade do policiamento ostensivo e da distribuição territorial das unidades policiais militares, são esses profissionais que, normalmente, chegam inicialmente ao local do fato, assumindo a responsabilidade pela adoção das medidas emergenciais destinadas à preservação da vida, à contenção dos riscos e à estabilização do cenário operacional.

A relevância dessa atuação torna-se ainda mais evidente quando observada a natureza dos incidentes críticos envolvendo explosivos. Conforme discutido anteriormente, tais ocorrências caracterizam-se pela elevada complexidade, imprevisibilidade e potencial destrutivo, exigindo respostas rápidas e tecnicamente adequadas. Segundo Freitas et al. (2026), a crescente utilização criminosa de explosivos no Brasil, especialmente em ataques a instituições financeiras e ações de domínio de cidades, ampliou significativamente os desafios enfrentados pelos policiais responsáveis pelo primeiro atendimento dessas ocorrências.

Assim, a atuação das Equipes de Primeira Resposta não se limita ao simples atendimento inicial da ocorrência. Pelo contrário, constitui etapa fundamental para o êxito de toda a intervenção policial subsequente. A Instrução nº 3.03.24/2018-CG da Polícia Militar de Minas Gerais, afirma que “Diante da complexidade e do risco à integridade física de todos os envolvidos, a primeira intervenção em um incidente crítico será a base do processo que culminará com a resolução adequada e preservação de vidas”.

Conforme destacam Silva *et al.* (2026), o primeiro interventor desempenha papel central no gerenciamento de crises envolvendo artefatos explosivos, pois suas decisões influenciam diretamente a segurança do ambiente operacional e as condições sob as quais atuarão as equipes especializadas. A forma como o local é isolado, a evacuação de pessoas em situação de risco, a coleta inicial de informações e a preservação da cena são fatores que podem determinar o sucesso ou o fracasso da resposta institucional.

Entretanto, a complexidade dessas ocorrências impõe desafios que não podem ser enfrentados apenas com base na experiência individual ou no conhecimento empírico dos operadores, pois, incidentes envolvendo explosivos exigem procedimentos rigorosos, uma vez que pequenas falhas podem resultar em perdas humanas, danos materiais significativos e comprometimento da investigação criminal. Bitencourt *et al.* (2026) ressaltam que a efetividade da primeira resposta está diretamente relacionada à capacidade dos policiais de aplicar protocolos específicos por cada tipo de ameaça, especialmente no que se refere ao isolamento da área, à contenção do risco e à proibição de qualquer manipulação do artefato suspeito.

Também de acordo com Silva *et al.* (2026) afirmam que a atuação do primeiro interventor deve permanecer restrita às ações de reconhecimento visual, isolamento, comunicação, evacuação e preservação da cena, sendo vedada qualquer tentativa de manipulação do dispositivo suspeito. Essa delimitação funcional evidencia a importância de protocolos claros e bem difundidos no âmbito das corporações policiais.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de integração entre as Equipes de Primeira Resposta e os demais órgãos envolvidos no gerenciamento do incidente crítico. Em ocorrências com explosivos, é comum a participação de unidades antibombas, perícia criminal, corpos de bombeiros, serviços de saúde e outros organismos governamentais. A atuação coordenada entre essas instituições depende, em grande medida, da existência de procedimentos padronizados que permitam a interoperabilidade entre os diferentes atores envolvidos. Assim, os POPs não apenas orientam a atuação individual dos policiais, mas também favorecem a coordenação institucional necessária para a gestão eficiente do incidente.

Além disso, a efetividade da padronização operacional está diretamente relacionada à capacitação profissional das Equipes de Primeira Resposta. Conforme demonstram Vasconcelos (2010) e Freitas *et al.* (2026), a constante evolução das ameaças envolvendo artefatos explosivos exige atualização permanente das técnicas, táticas e procedimentos empregados pelas forças de segurança. A existência de protocolos escritos, embora indispensável, não é suficiente para garantir uma atuação eficiente. É necessário que os policiais sejam submetidos a treinamentos contínuos que possibilitem a assimilação prática dos procedimentos e o desenvolvimento das competências necessárias para atuar em cenários críticos.

Sob essa perspectiva, observa-se que a atuação das Equipes de Primeira Resposta constitui elemento central no enfrentamento dos incidentes críticos com explosivos. Contudo, sua eficácia depende diretamente da existência de Procedimentos Operacionais Padrão capazes de orientar a tomada de decisão, reduzir improvisações e promover maior segurança operacional. A padronização das condutas, associada à capacitação profissional contínua e à integração institucional, fortalece a capacidade de resposta das Polícias Militares e contribui para a preservação da vida, objetivo primordial de toda atuação policial em cenários de elevada complexidade.

4 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na condução desta pesquisa, cujo objetivo consiste em analisar a aplicabilidade dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) na atuação das equipes de primeira resposta em ocorrências envolvendo artefatos explosivos no âmbito das Polícias Militares do Brasil.

O referido estudo fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos propostos por Marconi e Lakatos (2021), Bardin (2016) e Gil (2019), os quais subsidiam a compreensão das abordagens, classificações e técnicas da pesquisa científica. A partir desses referenciais, são delineados os procedimentos metodológicos que orientam o desenvolvimento deste trabalho.

Dessa forma, para alcançar os objetivos propostos, foram definidos métodos e técnicas de pesquisa compatíveis com a natureza do estudo, de modo a viabilizar uma melhor compreensão do tema abordado.

Inicialmente, serão discutidos os aspectos relacionados à natureza da pesquisa, à abordagem do problema e aos objetivos do estudo. Em seguida, serão apresentados os

instrumentos de coleta de dados, a caracterização do universo pesquisado e os procedimentos adotados para o tratamento e a análise das informações obtidas.

A presente pesquisa é classificada quanto a natureza como aplicada. Tal classificação fundamenta-se na concepção de Gil (2019), segundo o qual as pesquisas aplicadas têm como finalidade gerar conhecimentos direcionados à solução de problemas concretos e à utilização prática dos resultados. À luz desse fundamento, o estudo busca analisar os procedimentos adotados pelas Polícias Militares brasileiras em ocorrências envolvendo artefatos explosivos, com vistas à produção de conhecimentos capazes de contribuir para o aperfeiçoamento das práticas institucionais e da capacidade de resposta dessas corporações.

No que se refere à abordagem do problema, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa. De acordo com Gil (2019), a abordagem qualitativa possibilita a compreensão e a interpretação dos fenômenos estudados, enquanto a abordagem quantitativa permite a mensuração, a organização e a análise dos dados por meio de recursos estatísticos.

Considerando esse contexto, a abordagem qualitativa mostrou-se adequada para a análise dos procedimentos, protocolos e normativas adotados pelas corporações militares estaduais apresentadas por esse estudo, possibilitando a compreensão de suas características e particularidades. Por sua vez, a abordagem quantitativa permitiu a sistematização e a apresentação dos dados coletados, favorecendo a identificação de padrões, frequências e aspectos comuns relacionados à atuação das Equipes de Primeira Resposta. A utilização combinada dessas abordagens contribuiu para uma compreensão mais ampla e consistente do objeto desta pesquisa.

No tocante aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. As pesquisas exploratórias buscam proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, contribuindo para o aprimoramento de ideias e para a ampliação do conhecimento acerca do fenômeno estudado. Por sua vez, as pesquisas descritivas têm por finalidade identificar, registrar e analisar as características de determinada população, fenômeno ou realidade institucional. Assim, a combinação dessas abordagens revela-se adequada ao presente estudo, uma vez que permite tanto aprofundar a compreensão da temática investigada quanto descrever os procedimentos adotados pelas corporações analisadas.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, a pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da consulta e análise de artigos científicos, manuais doutrinários e demais produções acadêmicas pertinentes ao tema, abrangendo aspectos relacionados às operações antibombas, à gestão de incidentes

críticos, aos Procedimentos Operacionais Padrão e à atuação das Equipes de Primeira Resposta em ocorrências envolvendo artefatos explosivos. De acordo com Marconi e Lakatos (2021), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador estabelecer contato com o conhecimento científico já produzido acerca do objeto investigado, constituindo importante fundamento para a construção do referencial teórico e para a sustentação das análises desenvolvidas.

De forma complementar, realizou-se pesquisa documental a partir da análise de documentos institucionais produzidos pelas Polícias Militares brasileiras, incluindo normativas internas, diretrizes operacionais, manuais técnicos e Procedimentos Operacionais Padrão (POP) relacionados à atuação em ocorrências envolvendo artefatos explosivos.

Conforme Gil (2019), a pesquisa documental compreende a utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado ou que podem ser reinterpretados conforme os objetivos da investigação. À luz dessa concepção, a análise da documentação institucional possibilitou a identificação, sistematização e comparação dos instrumentos normativos adotados pelas corporações, permitindo compreender de que forma os POP são estruturados para orientar a atuação das EPR diante de incidentes críticos dessa natureza.

A utilização combinada desses procedimentos técnicos mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa, uma vez que possibilitou a articulação entre os referenciais teóricos produzidos sobre a temática e as normativas efetivamente empregadas pelas corporações policiais militares, contribuindo para uma análise abrangente do fenômeno investigado.

Como procedimento de coleta de dados, utilizou-se um questionário institucional elaborado especificamente para esta pesquisa, o qual foi aplicado por meio da plataforma Google Forms, no período de 18 de maio à 12 de junho de 2026. O instrumento foi composto por oito questões, nas modalidades objetiva e discursiva, e a sua divulgação às Polícias Militares estaduais foi solicitada via ofício circular, encaminhado por intermédio por intermédio do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (CNCG) de todo o Brasil. A utilização desse canal institucional buscou conferir legitimidade ao processo de coleta e ampliar a possibilidade de obtenção de respostas oficiais das corporações participantes.

Durante o período de coleta, as instituições tiveram a oportunidade de responder ao questionário e encaminhar documentos normativos relacionados ao objeto da pesquisa. Após o recebimento das respostas, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas para fins de catalogação, tabulação e análise.

O questionário foi estruturado visando à identificação da existência de unidades especializadas antibombas, da presença de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) voltados ao atendimento de ocorrências envolvendo artefatos explosivos, de normativas específicas relacionadas à atuação das Equipes de Primeira Resposta, bem como de programas de capacitação destinados aos policiais responsáveis pelo primeiro atendimento dessas ocorrências.

Além disso, o questionário possibilitou que as corporações encaminhassem, por meio de anexos, documentos institucionais como manuais, diretrizes operacionais e Procedimentos Operacionais Padrão, os quais serviram como fonte complementar para a análise documental.

Dessa maneira, corrobora-se o pensamento de Marconi e Lakatos (2021) para fundamentar a compreensão do questionário enquanto técnica de investigação composta por um conjunto ordenado de questões dirigidas aos participantes, cuja finalidade é a obtenção de informações relacionadas a conhecimentos, comportamentos, opiniões e características de interesse para a pesquisa, o que justifica sua utilização como instrumento adequado à coleta de dados desta investigação.

O universo da pesquisa abrangeu as Polícias Militares das vinte e seis Unidades Federativas do Brasil e do Distrito Federal, perfazendo um total de vinte e sete corporações. Assim, a amostra correspondeu às corporações que atenderam à solicitação e encaminharam respostas ao questionário dentro do período estabelecido para a coleta de dados. Ao final desse processo, obteve-se o retorno de 27 corporações, o que representa um universo de 100% do universo pesquisado, cujas informações subsidiaram as análises desenvolvidas na presente pesquisa.

Os dados quantitativos foram organizados, tabulados e apresentados por meio de tabelas e quadros comparativos, possibilitando a sistematização das informações e a visualização das semelhanças e diferenças observadas entre as corporações participantes. Tal procedimento favoreceu a análise descritiva dos dados e a identificação de tendências relacionadas aos procedimentos adotados pelas instituições pesquisadas.

Quanto aos dados qualitativos, estes foram submetidos à técnica de análise de conteúdo, conforme os pressupostos metodológicos propostos por Bardin (2016), desenvolvida por meio das etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Essa abordagem permitiu a organização, categorização e interpretação sistemática das informações coletadas, possibilitando a identificação de padrões, convergências, divergências

e particularidades presentes nos procedimentos operacionais empregados pelas Polícias Militares brasileiras em ocorrências envolvendo artefatos explosivos.

A análise documental concentrou-se no exame dos instrumentos normativos encaminhados pelas corporações, com ênfase nos aspectos relacionados às atribuições das Equipes de Primeira Resposta, aos procedimentos de isolamento e segurança da área, ao acionamento de unidades especializadas, à evacuação de áreas de risco, à preservação da cena da ocorrência e às demais medidas previstas para o gerenciamento inicial de incidentes envolvendo explosivos.

Posteriormente, os resultados obtidos foram confrontados com o referencial teórico adotado e com os objetivos da pesquisa, buscando responder à pergunta problema deste estudo, bem como identificar elementos de convergência e divergência entre a prática institucional e as normativas analisadas, bem como apontar oportunidades de aprimoramento doutrinário e operacional.

Como toda pesquisa científica, o presente estudo está sujeito a algumas limitações metodológicas que devem ser consideradas na interpretação de seus resultados. A principal delas refere-se à dependência da adesão voluntária das corporações participantes, uma vez que nem todas as Polícias Militares contatadas encaminharam respostas ao questionário ou disponibilizaram seus documentos normativos para análise.

Tal circunstância decorre, em parte, das restrições de acesso impostas por políticas internas de segurança institucional, que podem limitar a divulgação de determinados procedimentos operacionais e documentos de caráter estratégico, reduzindo a abrangência da análise documental realizada.

Outra limitação diz respeito ao caráter dinâmico das estruturas organizacionais e dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) adotados pelas corporações. Considerando que tais instrumentos estão sujeitos a revisões e atualizações periódicas, é possível que alterações posteriores ao período de coleta de dados não estejam refletidas nas informações analisadas nesta pesquisa.

Não obstante essas limitações, entende-se que o conjunto de dados obtido é suficiente para oferecer uma visão abrangente acerca do objeto de estudo e possibilitar o alcance dos objetivos propostos neste trabalho.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise e a discussão dos dados obtidos na pesquisa, estabelecendo relação entre as informações coletadas junto às Polícias Militares brasileiras e o

referencial teórico que fundamenta o estudo. A partir da interpretação dos resultados, busca-se compreender o nível de normatização dos Procedimentos Operacionais Padrão voltados às Equipes de Primeira Resposta em ocorrências envolvendo artefatos explosivos, bem como identificar aspectos que contribuam para o aperfeiçoamento da atuação institucional nesse tipo de incidente crítico.

5.1 Caracterização do universo pesquisado

A pesquisa contemplou a totalidade das Polícias Militares brasileiras, obtendo retorno institucional das 27 corporações existentes no país, correspondentes aos 26 estados e ao Distrito Federal. Trata-se, portanto, de um levantamento censitário, característica que confere elevada robustez metodológica ao estudo e amplia a confiabilidade dos resultados produzidos.

A participação integral das corporações reduz potenciais vieses associados à não adesão institucional e fortalece a validade externa da pesquisa, permitindo que as conclusões reflitam, com maior precisão, a realidade nacional. De acordo com Gil (2019), estudos censitários possibilitam compreensão mais abrangente dos fenômenos investigados ao contemplarem integralmente a população-alvo, favorecendo análises comparativas e inferências mais consistentes.

A abrangência nacional do levantamento permitiu identificar diferentes níveis de desenvolvimento institucional relacionados à atuação das Equipes de Primeira Resposta (EPR) em ocorrências envolvendo bombas e explosivos. Foram observadas variações quanto à estrutura organizacional, à formalização de procedimentos operacionais e aos processos de capacitação profissional, evidenciando que a consolidação dessa capacidade operacional ocorre de maneira heterogênea entre as corporações.

Além de mapear essas diferenças, o estudo possibilitou a comparação entre instituições inseridas em contextos geográficos, sociais e operacionais distintos, permitindo compreender como fatores regionais influenciam a construção de capacidades institucionais voltadas ao gerenciamento de incidentes com explosivos. Essa perspectiva comparativa amplia o alcance analítico da pesquisa ao evidenciar não apenas a existência de práticas específicas, mas também o grau de maturidade doutrinária alcançado pelas corporações em âmbito nacional.

Para fins analíticos, as instituições foram agrupadas por regiões geográficas, estratégia que favoreceu a identificação de padrões de convergência e divergência relacionados à normatização, à especialização profissional e à resposta operacional. Tal procedimento permitiu examinar tendências nacionais sem desconsiderar as particularidades regionais que caracterizam a organização e o funcionamento das Polícias Militares brasileiras.

Sob uma perspectiva mais ampla, a abrangência do universo pesquisado constitui um dos principais diferenciais deste estudo, uma vez que oferece um panorama inédito sobre a estruturação das atividades de primeira resposta em ocorrências envolvendo explosivos no Brasil. Dessa forma, os resultados apresentados não apenas descrevem a realidade institucional existente, mas também contribuem para a compreensão dos desafios e das potencialidades relacionados ao desenvolvimento de capacidades operacionais voltadas ao enfrentamento de incidentes críticos de alta complexidade.

Os resultados também evidenciam elevado grau de institucionalização das atividades antibombas nas Polícias Militares brasileiras. Das 27 corporações analisadas, 25 informaram dispor de Esquadrão Antibombas ou unidade especializada equivalente, enquanto apenas duas declararam não possuir estrutura específica para o atendimento de ocorrências envolvendo artefatos explosivos.

A predominância dessas unidades, aproximadamente 92,6%, indica que o enfrentamento de ocorrências com explosivos passou a ocupar posição estratégica na estrutura organizacional das instituições policiais militares. Esse cenário reflete as transformações recentes da criminalidade violenta no Brasil, caracterizadas pelo aumento de ações que empregam artefatos explosivos, especialmente em ataques a instituições financeiras e em eventos associados ao chamado “novo cangaço”.

Sob a perspectiva institucional, a disseminação de unidades especializadas evidencia o reconhecimento da complexidade técnica inerente a esse tipo de ocorrência. Diferentemente de outras modalidades operacionais, incidentes envolvendo explosivos apresentam elevado potencial de letalidade e demandam competências específicas relacionadas à identificação, avaliação de risco e neutralização de artefatos, além da adoção de protocolos rigorosos de segurança.

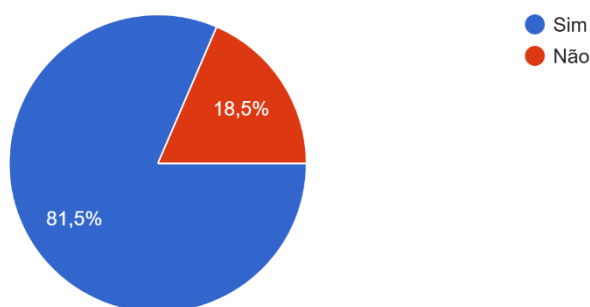
Ainda assim, a existência de unidades especializadas não reduz a relevância das Equipes de Primeira Resposta (EPR). Ao contrário, reforça sua função estratégica, uma vez que, na maioria das ocorrências, o primeiro atendimento é realizado por policiais do policiamento ostensivo ordinário. Assim, a efetividade da resposta institucional depende tanto da capacidade técnica dos especialistas quanto da aptidão dos primeiros interventores para reconhecer riscos, adotar medidas iniciais de contenção e preservar o cenário até a chegada do suporte especializado.

Dessa forma, os achados descritos no gráfico abaixo corroboram com essa realidade ao indicar que a atuação inicial é determinante no gerenciamento de incidentes críticos, pois

influencia diretamente a segurança da operação e os desdobramentos das intervenções subsequentes.

A Instituição possui Procedimentos Operacionais Padrão (POP), manuais ou normativas formalmente publicados relacionados ao atendimento de ocorrências com bombas e explosivos?

27 respostas

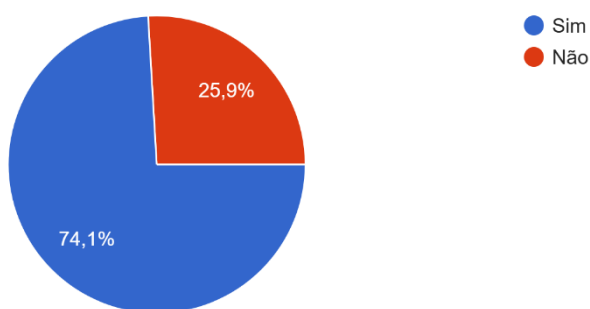


Os dados evidenciam que 22 (81,5%) das 27 Polícias Militares analisadas dispõem de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), manuais ou normativas formalmente instituídas para o atendimento de ocorrências envolvendo explosivos.

Já no tocante às Instituições que possuem diretrizes específicas voltadas à atuação das Equipes de Primeira Resposta (EPR), percebemos que 20 corporações (74,1%) sinalizaram que possuem a normatização, conforme podemos verificar no gráfico abaixo.

A Instituição possui Procedimentos Operacionais Padrão específicos para normatizar as ações das equipes de primeira resposta (policiamento ostens...confirmação da presença de artefatos explosivos)?

27 respostas



Esse resultado indica elevado grau de institucionalização da temática, evidenciando que a resposta inicial a incidentes com explosivos passou a integrar de forma estruturada a agenda operacional das instituições policiais militares. Tal incorporação reflete a necessidade de padronização de condutas em cenários de alta complexidade, nos quais a variabilidade operacional pode comprometer a segurança dos agentes e da população envolvida.

Não obstante esse avanço, observa-se heterogeneidade no nível de consolidação doutrinária entre as corporações, sobretudo no que se refere ao grau de detalhamento dos protocolos e à delimitação das atribuições das EPRs. Essa variação evidencia distintos estágios de maturidade institucional no tratamento da temática.

Sob a perspectiva da gestão organizacional, a formalização de procedimentos constitui mecanismo de institucionalização do conhecimento operacional, ao converter experiências práticas em diretrizes normativas replicáveis. Nesse sentido, os POPs configuram elemento estruturante da capacidade de resposta das Polícias Militares, ao estabelecer parâmetros operacionais comuns e orientar a atuação inicial em incidentes críticos envolvendo explosivos.

5.2 Análise e comparação entre os Procedimentos Operacionais Padrão do universo pesquisado

A análise documental, realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), identificou dez categorias predominantes: isolamento da área, evacuação, reconhecimento de artefatos suspeitos, acionamento especializado, preservação da cena, gestão de riscos, comunicação operacional, cadeia de comando, integração interagências e capacitação profissional.

Essas categorias evidenciam que os Procedimentos Operacionais Padrão se concentram na estruturação das medidas iniciais de contenção e gerenciamento do risco, com ênfase na preservação da vida, na segurança das equipes envolvidas e na manutenção das condições necessárias à atuação técnica especializada subsequente. Entre os elementos mais recorrentes destacam-se o isolamento da área, a evacuação, o acionamento de especialistas e a preservação da cena. A recorrência desses aspectos sugere a consolidação de uma base doutrinária comum entre as corporações, ainda que não exista padronização normativa em nível nacional.

Verifica-se, ainda, ampla incorporação da diretriz de não manipulação de artefatos suspeitos, frequentemente sintetizada no princípio dos “três não” (não tocar, não mexer e não remover), o que reforça orientações preventivas amplamente difundidas na literatura especializada sobre gerenciamento de ameaças explosivas.

Em contraste, categorias relacionadas à avaliação pós-incidente, indicadores de desempenho e aprendizagem organizacional apresentam menor incidência, indicando fragilidades na institucionalização de mecanismos de retroalimentação e aprimoramento contínuo dos procedimentos operacionais.

De modo geral, os documentos analisados priorizam a estabilização inicial do cenário e a posterior transferência da responsabilidade técnica às unidades especializadas, em consonância com modelos contemporâneos de gerenciamento de incidentes críticos envolvendo explosivos.

A análise comparativa evidencia elevado grau de convergência entre os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) das corporações, especialmente no que se refere às medidas essenciais de primeira resposta. As principais semelhanças concentram-se no isolamento da área, na evacuação de pessoas, no acionamento de equipes especializadas e na preservação da cena da ocorrência. Esses elementos compõem um núcleo operacional comum e indicam alinhamento doutrinário entre as instituições.

Essa convergência sugere que a difusão de práticas operacionais ocorre não apenas por meio da normatização formal, mas também por processos de aprendizagem institucional e pela incorporação progressiva de experiências operacionais consolidadas.

As diferenças identificadas concentram-se principalmente no nível de detalhamento dos documentos e nos critérios operacionais adotados, como distâncias de segurança e fluxos decisórios. Essas variações refletem especificidades regionais e organizacionais, sem comprometer a coerência da base doutrinária compartilhada.

Em síntese, verifica-se a existência de uma matriz operacional comum entre as Polícias Militares, ainda que não haja unificação formal em nível nacional

5.3 Relação entre doutrina, normatização e capacitação profissional

A capacitação profissional constitui elemento central para a efetividade da resposta inicial em ocorrências envolvendo explosivos. Os dados indicam que 22 Polícias Militares possuem programas de capacitação específicos para atuação em incidentes dessa natureza, enquanto cinco corporações não dispõem de formação estruturada voltada ao tema. Esse cenário demonstra reconhecimento institucional da necessidade de qualificação técnica além da formação policial convencional, considerando o elevado grau de risco e complexidade dessas ocorrências.

Observa-se, ainda, relação entre a existência de normativas mais detalhadas e estruturas de capacitação mais consolidadas, indicando complementaridade entre padronização e treinamento. Sob a ótica da gestão do conhecimento, a capacitação contínua é essencial para transformar diretrizes normativas em práticas operacionais efetivas, fortalecendo a capacidade

institucional de resposta. A análise integrada evidencia forte interdependência entre doutrina institucional, normatização operacional e capacitação profissional.

As corporações que possuem POP específicos tendem a apresentar maior clareza procedimental e maior estruturação de treinamentos, indicando que a formalização do conhecimento contribui para a consolidação de práticas operacionais consistentes. A padronização reduz a dependência de experiências individuais e amplia a previsibilidade das ações, fator crítico em incidentes de alta complexidade. Em contrapartida, a ausência de normativas específicas tende a aumentar a variabilidade decisória e a improvisação operacional, elevando a vulnerabilidade institucional.

Os resultados indicam ampla disseminação de POP voltados às Equipes de Primeira Resposta nas Polícias Militares brasileiras, ainda que com diferentes níveis de maturidade institucional.

Verifica-se predominância de unidades especializadas, existência de normativas específicas e programas de capacitação, evidenciando consolidação progressiva da temática no âmbito institucional.

Há convergência significativa quanto às medidas essenciais de primeira resposta, especialmente isolamento da área, evacuação, acionamento especializado e preservação da cena. As principais diferenças concentram-se no nível de detalhamento dos procedimentos e na institucionalização dos processos de capacitação e aprendizagem organizacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) aplicáveis à atuação das Equipes de Primeira Resposta (EPR) em incidentes críticos envolvendo artefatos explosivos no âmbito das Polícias Militares brasileiras. Para atingir esse propósito, realizou-se um levantamento censitário junto às corporações policiais militares do país, complementado por análise documental dos instrumentos normativos encaminhados pelas instituições participantes.

A investigação buscou identificar os procedimentos existentes, examinar seus principais elementos constitutivos e compreender a relação entre normatização, capacitação profissional e capacidade institucional de resposta. Os resultados permitiram responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, evidenciando que a temática da primeira resposta a ocorrências envolvendo explosivos encontra-se amplamente incorporada à estrutura organizacional das Polícias Militares brasileiras.

Observou-se a predominância de unidades especializadas antibombas, a existência de normativas voltadas ao gerenciamento de incidentes com explosivos e a oferta de ações de capacitação destinadas aos policiais responsáveis pelo atendimento inicial dessas ocorrências. Tais evidências indicam o reconhecimento institucional da complexidade técnica e dos riscos inerentes a esse tipo de evento, bem como da necessidade de desenvolvimento de capacidades especializadas para seu enfrentamento.

A análise documental, realizada à luz da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), revelou expressiva convergência entre os Procedimentos Operacionais Padrão adotados pelas corporações. As categorias mais recorrentes referem-se ao isolamento da área, à evacuação de pessoas expostas ao risco, ao acionamento de equipes especializadas, à preservação da cena da ocorrência e à proibição da manipulação de artefatos suspeitos. A recorrência desses elementos demonstra a existência de princípios operacionais amplamente compartilhados entre as instituições, sugerindo a consolidação de uma base doutrinária comum para o gerenciamento inicial de ameaças explosivas.

Esse resultado encontra respaldo no referencial teórico adotado, especialmente nas contribuições de Leão (2008), que destaca a necessidade de protocolos rigorosos de segurança para a mitigação de riscos em ocorrências envolvendo explosivos. Da mesma forma, os achados corroboram os estudos de Carvalho (2020), Silva et al. (2026) e Bitencourt et al. (2026), ao evidenciarem o papel estratégico desempenhado pelas equipes de primeiras respostas na estabilização do cenário e na criação de condições seguras para a atuação das equipes especializadas (Esquadrão Antibombas).

Embora tenha sido identificada significativa convergência doutrinária, a pesquisa também evidenciou diferenças relevantes entre as corporações. As principais divergências concentram-se no grau de detalhamento dos documentos normativos, na formalização das atribuições das Equipes de Primeira Resposta e na estruturação dos programas de capacitação profissional. Essas variações refletem distintos níveis de maturidade institucional e demonstram que o processo de consolidação doutrinária ainda ocorre de forma heterogênea no contexto nacional.

Outro aspecto relevante refere-se à relação observada entre normatização, capacitação e eficiência operacional. Os dados indicam que as corporações que dispõem de procedimentos formalizados tendem a apresentar maior clareza na definição de responsabilidades, maior uniformidade na execução das atividades e maior preocupação com processos de formação continuada. Tal constatação reforça os argumentos de Anjos (2023) acerca da importância da

padronização operacional como instrumento de redução de incertezas e fortalecimento da capacidade institucional de resposta. De igual modo, confirma as conclusões de Freitas et al. (2026), segundo as quais o desenvolvimento de capacidades organizacionais depende da integração entre doutrina, treinamento e prática operacional.

Sob a perspectiva da gestão do conhecimento, os resultados demonstram que os Procedimentos Operacionais Padrão desempenham papel fundamental na institucionalização de práticas operacionais seguras e na disseminação do conhecimento especializado. Contudo, verificou-se menor incidência de mecanismos voltados à avaliação pós-incidente, sistematização de lições aprendidas e aperfeiçoamento contínuo dos protocolos. Essa lacuna sugere oportunidades de aprimoramento institucional, especialmente no que se refere à construção de processos formais de aprendizagem organizacional capazes de fortalecer a atualização permanente da doutrina operacional.

Como contribuição científica, esta pesquisa amplia a produção acadêmica sobre a atuação das Equipes de Primeira Resposta em incidentes envolvendo explosivos, tema ainda pouco explorado na literatura nacional. Além disso, oferece um panorama abrangente da realidade das Polícias Militares brasileiras, permitindo compreender o estágio atual de desenvolvimento doutrinário e operacional relacionado ao gerenciamento inicial de ameaças explosivas.

No campo prático, os resultados possibilitam a identificação de boas práticas institucionais e fornecem subsídios para futuras iniciativas de harmonização doutrinária em âmbito nacional. A existência de princípios operacionais amplamente compartilhados entre as corporações demonstra a viabilidade da construção de diretrizes de referência capazes de promover maior uniformidade procedimental, fortalecer a interoperabilidade entre instituições e ampliar a segurança das operações.

Por fim, recomenda-se a realização de estudos futuros voltados à elaboração de modelos nacionais de referência para Procedimentos Operacionais Padrão destinados às Equipes de Primeira Resposta, bem como pesquisas que avaliem empiricamente a efetividade desses protocolos em exercícios simulados e ocorrências reais. Sugere-se, ainda, a ampliação das investigações sobre processos de aprendizagem organizacional, gestão do conhecimento e avaliação de desempenho operacional em incidentes críticos. Tais iniciativas poderão contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre a temática e para o contínuo aperfeiçoamento das capacidades institucionais relacionadas ao enfrentamento de ocorrências envolvendo artefatos explosivos.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Claudijan Silva dos. **Proposta de criação do Manual Básico de Primeiras Respostas Antibombas da PMBA**. 2023. Projeto de Intervenção (Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP 2023) – Academia de Polícia Militar da Bahia, Centro de Pós-Graduação Profissional, Salvador, 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BITENCOURT, Evelton Cezar *et al.* **A importância do primeiro interventor no gerenciamento dinâmico de crises: agressores ativos, artefatos explosivos e aplicação na Polícia Militar do Amazonas**. Revista Científica Multidisciplinar O Saber, São Paulo, v. 1, ano 6, 2026.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.
- BRASIL. **Decreto Nº 10.030, de 30 de setembro de 2019. Aprova o Regulamento de Produtos Controlados**. GovBR. 30 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/2020/seprod/dec.10030.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2025.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Ocorrências envolvendo Bombas e Explosivos**. Brasília, 2017
- BRASIL. Ministério do Exército. **Material Bélico: armazenamento, conservação, transporte e destruição de munições, explosivos e artifícios: Manual Técnico T 9-1903**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1970.
- CARVALHO, Érico. **Primeiras respostas no atendimento em ocorrências com bombas e explosivos: adequabilidade na formação do policial militar da Bahia**. Revista Brasileira de Operações Antibombas, [S. l.], v. 1, n. 1, 2020.
- FERRARI, Murilo. **Araçatuba: PM encontra 93 explosivos deixados por criminosos que atacaram bancos**. CNN Brasil, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/aracatuba-pm-encontra-93-explosivos-deixados-por-criminosos-que-atacam-bancos/>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- FREITAS, Allan Rodrigues de *et al.* **A formação policial no enfrentamento ao uso criminoso de explosivos: um estudo comparativo sobre a prática docente e a primeira resposta no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar O Saber, São Paulo, v. 1, ano 6, 2026.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LEÃO, Décio José Aguiar. **Doutrina para operações antibombas**. 2008. Dissertação (Mestrado Profissional em Política e Estratégia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINAS GERAIS, Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. **Instrução N° 3.03.24/2018-CG Primeira Intervenção em Ocorrências de Incidentes Críticos de Segurança Pública de Natureza Policial**. Belo Horizonte: PMMG, 2018.

PARAÍBA. Polícia Militar do Estado da Paraíba. **Manual de doutrina de policiamento ostensivo**. João Pessoa: PMPB, 2025.

RACORTI, Valmor Saraiva. **A liderança tática na gestão de incidentes críticos**. Velho General, [S. l.], out. 2022. Disponível em: <https://velhogenerated.com.br/wp-content/uploads/2022/10/A-lideranca-tatica-na-gestao-de-incidentes-criticos.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2026.

SANTOS, Silas Melo dos *et al.* **O papel do primeiro interventor na mitigação de riscos em ocorrências com explosivo: uma análise no contexto amazonense**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 12, n. 2, fev. 2026.

SÃO PAULO. Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Manual de padronização de procedimentos policiais militares**. São Paulo: PMESP, 1995.

SILVA, Iane Maia. **Implantação de Procedimento Operacional Padrão para uma Empresa de serviço de portaria remota**. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Angicos, 2022.

SILVA JÚNIOR, Raimundo Florêncio da; ZACARON, Sabrina Silva; OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. **Procedimento operacional padrão (POP): uma proposta para a normatização na Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN)**. Revista Ibero-Americana de Segurança Pública, [S. l.], v. 4, n. 9, p. 127-142, 2021.

THEREZA, Emerson de Azevedo. **O Procedimento Operacional Padrão na excelência dos serviços da Polícia Militar do Paraná**. Revista Cientista Multidisciplinar, [S. l.], v. 5, n. 6, 2024.

VASCONCELOS, Hélder Emanuel Teixeira Guedes de. **Técnicas, táticas e procedimentos em resposta aos engenhos explosivos improvisados**. Trabalho de Investigação Aplicada (Mestrado em Ciências Militares) – Academia Militar, Lisboa, 2010.

APÊNDICE



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA INSTITUCIONAL
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATU SENSO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

QUESTIONÁRIO INSTITUCIONAL

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO E A ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE PRIMEIRA RESPOSTA EM INCIDENTES CRÍTICOS ENVOLVENDO ARTEFATOS EXPLOSIVOS: Um estudo junto às Polícias Militares do Brasil.

Objetivo:

O presente questionário tem finalidade acadêmica e institucional, visando coletar informações acerca da estrutura organizacional, normatização e procedimentos adotados pelas Polícias Militares do Brasil no atendimento de ocorrências envolvendo artefatos explosivos.

Orientações:

Solicita-se que as respostas sejam fornecidas de forma objetiva e precisa, conforme a realidade institucional vigente.

1. Identificação da Instituição:

2. A Instituição possui Esquadrão Antibombas ou unidade especializada equivalente para atendimento de ocorrências com bombas e explosivos?

() Sim

() Não

3. Em caso negativo da pergunta acima, informe qual unidade ou fração é responsável pelo atendimento de ocorrências envolvendo bombas e explosivos:

4. A Instituição possui Procedimentos Operacionais Padrão (POP), manuais ou normativas formalmente publicados relacionados ao atendimento de ocorrências com bombas e explosivos?

☐ Sim

☐ Não

5. A Instituição possui Procedimentos Operacionais Padrão específicos para normatizar as ações das equipes de primeira resposta (policiamento ostensivo convencional) em ocorrências envolvendo suspeita ou confirmação da presença de artefatos explosivos?

☐ Sim

☐ Não

6. Em caso afirmativo, solicita-se, caso haja possibilidade institucional, o encaminhamento/anexação do(s) respectivo(s) Procedimento(s) Operacional(is) Padrão (POP), manual(is) ou normativa(s), para fins exclusivamente acadêmicos e de pesquisa.

***Fazer upload do arquivo**

7. Os policiais das equipes de primeira resposta recebem capacitação específica para atuação inicial em ocorrências envolvendo artefatos explosivos?

☐ Sim

☐ Não

8. Caso positivo na pergunta anterior, informe o tipo de capacitação oferecida:

9. Espaço destinado para observações complementares:

Os documentos eventualmente encaminhados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, respeitando-se eventuais restrições de acesso, sigilo institucional e normas internas de cada Corporação.

Informações de contato: (83) 988762309 / pmpb.agra@gmail.com